

As provas desportivas na integração do Ultramar português: perspectivas nos casos do futebol, hóquei em patins e basquetebol feminino¹

**António Pinto
Pedro Amorim
Ricardo Ferreira**

*Centro de Documentação e
Informação do Sport Lisboa e Benfica*

Resumo

O intercâmbio desportivo esporádico entre Metrópole e Ultramar, por meio de digressões ou transferência de jogadores, despertou o desejo de uma ligação mais estreita. Em meados da década de 1950, a Lei n.º 2.083 veio fomentar e intensificar esse intercâmbio. Ao mesmo tempo, os clubes de futebol portugueses apostaram de forma ostensiva na contratação de jogadores do Ultramar, entusiasmo partilhado também na receção das equipas de basquetebol feminino de Angola na Europa e no desenvolvimento técnico das equipas de hóquei em patins africanas. Enquanto, por um lado, o futebol nunca chegou a uma inclusão concretizada, as outras duas modalidades viram os seus praticantes do Ultramar sobreporem-se à Metrópole, num contexto de dificuldades financeiras advindas do cenário de guerra que pautou o final do Estado Novo.

Palavras-chave: Portugal; Ultramar; inclusão; desporto; intercâmbio.

¹ Os autores querem deixar um agradecimento às colegas Carina Santos, Marisa Manana e Lídia Jorge pelas leituras, sugestões e apoios na tradução.

Abstract

Sporadic sporting interchanges between the metropolis and Overseas territories, through tours or player transfers, sparked a desire for closer ties. In the mid-1950s, Law No. 2083 encouraged and intensified this exchange. At the same time, Portuguese football clubs invested heavily in signing players from Overseas, an enthusiasm that was also shared in the reception of Angolan women's basketball teams in Europe and in the technical development of African rink hockey teams. Whilst football never achieved concrete inclusion, the other two sports saw their Overseas practitioners surpass the metropolis, in a context of financial difficulties arising from the war that marked the end of the Estado Novo political regime.

Keywords: Portugal; Overseas; inclusion; sport; interchange.

A nova conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra passou a condenar o colonialismo, levando a mudanças radicais no mapa geopolítico africano. Para manter o *status quo* em África, o regime português teve de reformular-se e apresentar-se perante a opinião pública com uma nova face. Para tal, apropriou-se das teorias integracionistas do luso-tropicalismo, defendidas por Gilberto Freyre, de modo a afirmar a singularidade da presença portuguesa no mundo (Castelo, 1999). Em 1953, ao substituir o Acto Colonial pela Lei Orgânica do Ultramar Português, afirmou que o Ultramar, apesar da descontinuidade geográfica existente, era parte integrante do território português, sendo constituído por parcelas tão portuguesas com o Minho ou o Algarve.

Foi nesta vaga de mudanças profundas que se fomentaram alterações no domínio desportivo, modernizando e impulsionando a sua prática por meio da reorganização de instituições como a Direcção Geral dos Desportos e o Instituto Nacional de Educação Física. Avançou-se ainda com a construção de instalações e centros de medicina desportivos e a melhoria das instalações de educação física escolar.

Este ímpeto reformador foi complementado, em junho de 1956, com a Lei n.º 2.083 (Portugal, 1956). Além de novas bases para o desporto ultramarino, como a criação dos Conselhos Provinciais de Educação Física, a lei abria, pela primeira vez, a participação de grupos ou desportistas

ultramarinos nos campeonatos nacionais, conforme o 5.º artigo da Lei, e a integração desses elementos nas comitativas nacionais em competições internacionais. Outra das exigências era a obediência às leis metropolitanas, sempre que grupos ou desportistas ultramarinos participavam em provas nacionais. Por último, todas as transferências de desportistas entre os clubes do Ultramar da Metrópole passavam a ser da competência das federações nacionais, reguladas pela legislação de transferências entre clubes metropolitanos (Portugal, 1956).

O presente estudo é o resultado de uma pesquisa efetuada pela equipa de investigação histórica do Centro de Documentação e Informação do Sport Lisboa e Benfica e procura mostrar os resultados e as consequências da aplicação da Lei n.º 2.083 mediante a análise de três modalidades, as mais expressivas no ambiente colonial português: futebol, hóquei em patins e basquetebol.

Por meio da análise e recolha de dados dos periódicos desportivos, considerando todas as dificuldades que esse tipo de fonte abarca (Pinheiro, 2019; Coutinho, 2024), permitiu-se uma noção das equipas, dos atletas e de suas prestações. Privilegiou-se, ainda, a consulta de documentação institucional e governamental. À data da redação deste documento, aguarda-se ainda o contacto da Federação Portuguesa de Basquetebol (FPB) para consulta do seu arquivo.

O tema não é novo, e a conexão entre política e desporto é bastante vasta (Costa, 2009; Pinheiro, 2012; Drumond, 2013; Serapiglia, 2016; Kumar, 2017), especialmente, em pesquisas relacionadas com o futebol (Domingos, 2009; 2011; 2012; 2015; Melo; Bittencourt, 2012; Melo, 2017). Nas outras modalidades há um mundo por desvendar, o que se denota nas menções superficiais que se encontram, além-mar, nos trabalhos sobre o desporto ultramarino (Melo, 2009; 2013; Nascimento, 2013).

A integração ultramarina nas provas nacionais de futebol: da qualidade dos seus jogadores à falta de competitividade das suas equipa

A década de 1950 marca a aproximação do futebol português com as suas províncias africanas. Os clubes portugueses passaram a contratar mais jogadores provenientes dessas regiões, motivando o interesse das pessoas locais pela carreira dos atletas na Metrópole. As entidades ultramarinas viram, ainda, a possibilidade de o futebol se desenvolver por meio de uma maior aproximação com a Metrópole, aguçando o desejo de integração dos representantes africanos nas provas portuguesas.

Em 1953, dez dos catorze clubes do Campeonato Nacional contavam com jogadores provenientes das províncias africanas nos seus plantéis. A opção por esses atletas era justificada pela facilidade de adaptação, afirmando-se de forma célere. Ao se destacarem nas suas equipas, naturalmente entraram nas escolhas do seleccionador nacional. Ao longo dessa e da década seguinte, Portugal foi alcançando feitos notáveis.

Em julho de 1955, Manuel Quadros Raposo, presidente da Liga Angolana de Desportos, deslocou-se a Lisboa para promover a criação de uma Inspeção de Desportos, à semelhança e com autoridade idêntica à da Direcção Geral dos Desportos. Desta forma, esse órgão poderia solucionar alguns problemas prementes, melhorar as instalações, promover medidas de proteção à educação física e ao preenchimento dos quadros técnicos com elementos habilitados. Algumas destas medidas tinham sido implementadas tanto em Angola como em Moçambique através do apoio financeiro de empresários, contudo, quando essa ajuda deixou de existir, as equipas não tiveram capacidade de suportar os custos, travando o desenvolvimento que estava em marcha, como adiante se verá.

O *Mundo Desportivo* associou-se a essa intenção e divulgou artigos em que referia os benefícios que traria para o desporto nacional, mas também alertou para a cobiça dos países vizinhos por esses jogadores, sendo

apreciados de perto nos vários jogos que as equipas ultramarinas disputavam na África do Sul, Rodésia e no Congo Belga.

Após a promulgação da Lei n.º 2.083, a inclusão das equipas ultramarinas no futebol aconteceu através da Taça de Portugal, num processo moroso, gradual e desigual na admissão dos representantes das províncias. Apesar de testados vários formatos, ficou a sensação da inexistência de uma integração efetiva dessas equipas, parecendo ter mais o estatuto de convidados do que de integrantes.

Em dezembro de 1957, quando tudo fazia crer que os clubes ultramarinos iriam estreiar-se na edição dessa época da prova-rainha, os dirigentes ultramarinos são apanhados de surpresa com a notícia da sua não inclusão.

As manifestações de desagrado surtiram efeito. A 8 de fevereiro de 1958, realizou-se o Congresso da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), no qual foi divulgada a alarmante situação financeira que a instituição enfrentava (A Bola, 1958a, p. 1; 4). Nessa mesma reunião, foi avançada a possibilidade da participação de um representante de Angola ou de Moçambique, ficando ainda a hipótese, da presença de ambos. Em situação deficitária, a FPF referiu que as despesas de deslocação e estadia seriam suportadas pela Agência do Ultramar, pelos Governos Gerais de Angola e Moçambique e, talvez, pelo próprio Ministério Ultramarino. A ideia agradou a vários delegados.

Em maio de 1958, SL Benfica e FC Porto eliminaram, respetivamente, o Barreirense e o Sporting nas meias-finais da Taça de Portugal, vindo a alinhar, em seguida, numa segunda meia-final frente aos clubes ultramarinos. O Ferrovia de Nova Lisboa e o Desportivo de Lourenço Marques tornaram-se nas primeiras equipas africanas a disputar a Taça de Portugal. Porém, quer benfiquistas quer portistas não sentiram dificuldade e golearam os adversários ultramarinos nas duas mãos.

O novo modelo mereceu algumas críticas, por se considerar injusta a participação das equipas ultramarinas numa fase tão adiantada da competição, pois, em caso de vitória, os conjuntos africanos conseguiam apurar-se para a final depois de terem disputado apenas dois jogos. Em

comparação, as equipas insulares não necessitaram de duplicar nenhuma eliminatória aquando da sua integração na prova-rainha (A Bola, 1958b, p. 6). No entanto, ao nível financeiro, a nova estrutura foi um sucesso, permitindo à FPF arrecadar “uma receita que desde há anos se não conhecia” (FPF, 1958, p. 95). Perante esta experiência, a edição seguinte sofreu uma remodelação, com os representantes ultramarinos a entrarem na prova nos quartos-de-final como o representante das ilhas da Madeira e dos Açores.

Na temporada de 1959/60, o Sports Portugal Clube, de Benguela, foi o representante ultramarino. Integrados nos quartos de final, o conjunto angolano foi goleado pelo Belenenses nos dois jogos. Ao contrário do que sucedeu nas duas últimas edições, os adeptos pareceram mais desinteressados, gerando menos público nos estádios, o que levou a que o Fundo de Prejuízos apresentasse um saldo negativo de 122.388\$30 (FPF, 1960, p. 113).

O formato permaneceu inalterado nas épocas seguintes e a prestação das equipas africanas também se manteve sofrível, sendo constantemente goleadas. A imprensa tentava desmistificar as razões para o insucesso, defendendo que as eliminatórias a duas mãos favoreciam as equipas, teoricamente, mais fortes. Além disso, quando “prejudicados porque se lhes nega a oportunidade, concedida aos demais, de efetuarem um dos jogos da sua eliminatória na cidade de onde provêm” (A Bola, 1963, p. 7). Ambas as partidas realizavam-se na Metrópole, sem que as equipas ultramarinas pudessem dispor do “fator casa”.

Em abril de 1964, Alberto Câmara Manuel, presidente da Associação Provincial de Futebol da Guiné-Bissau esteve em Portugal, reuniu-se com os dirigentes da FPF, e insistiu que essa Província também deveria ter um representante na prova-rainha (A Bola, 1964a, p. 3). As diligências foram bem-sucedidas e, no Congresso da FPF, que se realizou em agosto desse ano, foi aprovado o aumento do número de representantes ultramarinos: do campeão angolano, o de Moçambique e o vencedor do encontro entre os campeões da Guiné e de Cabo-Verde – das ilhas, um da Madeira e um dos Açores (A Bola, 1964b, p. 7).

Desta forma, na edição de 1964/65, o União de Bissau tornou-se no primeiro representante guineense a disputar a Taça de Portugal, sendo o Sports Clube de Portugal o outro representante ultramarino, dado que o de Moçambique desistiu. Na temporada seguinte, a prova teve como novidade a primeira participação de uma equipa cabo-verdiana, após o Mindelense ter garantido o acesso ao vencer o campeão provincial da Guiné. Seria o único representante do Ultramar, devido às desistências dos representantes de Angola e de Moçambique, por falta de verbas.

Na temporada de 1968/69, o novo regulamento da Taça de Portugal veio responder a essas necessidades, com “as deslocações de e para o Ultramar e as Ilhas a serem suportadas pelo Fundo Especial de Deslocações, criado especialmente para esse fim” (Diário de Lourenço Marques, 1968, p. 8). A outra novidade foi a participação de um representante de São Tomé e Príncipe na disputa, frente ao campeão angolano pelo acesso à Taça de Portugal. Dessa forma, o campeão cabo-verdiano defrontava o guineense, enquanto o angolano jogava frente ao de São Tomé e Príncipe e o de Moçambique tinha acesso direto à prova-rainha. O Atlético Sport Aviação (ASA) recebeu o Benfica em Angola, fazendo com que se cumprisse o desejo dos clubes ultramarinos de disputarem uma eliminatória no seu recinto, volvida uma década da sua inclusão nas competições nacionais.

Na edição seguinte, todos os clubes ultramarinos receberam os adversários nos seus recintos e a 5.^a eliminatória foi disputada a uma mão. Embora desde cedo se registassem solicitações de dirigentes e da imprensa nesse sentido, tais apelos apenas encontraram resposta no final da década de 1960. Tratava-se de uma iniciativa que visava projetar a imagem de Portugal como Estado uno e indivisível: ao receberem nos seus próprios recintos clubes metropolitanos encenava-se uma normalidade política e social que procurava transmitir a ideia de plena estabilidade e controlo. Não por acaso, alguns desses encontros tiveram lugar em Angola e Moçambique, transformando os jogos em instrumentos de afirmação simbólica da unidade nacional.

O Independente de Porto Alexandre teve um sorteio duplamente favorável, por jogar em casa e por defrontar o União de Coimbra, do Campeonato Nacional da II Divisão. Os angolanos superiorizaram-se e venceram por 1-0, tornando-se a primeira equipa ultramarina a ganhar uma eliminatória. Este seria o melhor resultado dos conjuntos africanos na Taça de Portugal. Para se perceber as razões do insucesso é fundamental analisar a evolução do futebol ultramarino através das duas principais províncias: Moçambique e Angola.

O futebol moçambicano viveu um período de fulgor durante a década de 1930, em que os clubes se apetrecharam de treinadores e jogadores provenientes da Metrópole, a aposta surtiu efeito, com a qualidade dos jogos a melhorar exponencialmente.

Na década de 1950, Lourenço Marques era considerada a segunda cidade do território português com maior atividade desportiva. Eclética, tinha associações regionais de várias modalidades estabelecidas. No entanto, o insucesso das suas equipas na Taça de Portugal de futebol pode ser explicado por “existir um abismo entre a capacidade do futebol metropolitano, ultraprofissionalizado, e o carácter ainda amador das equipas ultramarinas. Esta diferença não deixaria de pesar, severamente, nos cotejos [...] entre conjuntos ultramarinos e as fortes formações metropolitanas – sobretudo quando estas últimas ocupem, no panorama do futebol nacional, uma posição destacada” (Diário de Lourenço Marques, 1969, p. 11).

Na segunda metade da década de 1940, o futebol angolano teve um enorme desenvolvimento motivado pelo patrocínio dos comerciantes e das indústrias. Após a II Guerra Mundial, a economia angolana beneficiou do encarecimento das matérias-primas e do aumento das exportações de café, sisal, diamantes e algodão. Com maior poderio financeiro, os clubes puderam contar com “elevado número de bons praticantes” ultramarinos, ao “recrutar na Metrópole um certo número de bons jogadores (Salvador, do Olhanense; Miguel e Luciano, do Vitória de Guimarães; Nunes e Vasco, do Vitória de Setúbal; Morgado, da Académica – sem mencionar o famoso Castela, do Belenenses)” (A Bola, 1967, p. 2).

Durante a década de 1950, houve uma expansão do futebol em Angola, o que levou à criação de várias equipas. O interesse pela modalidade proporcionou a existência de uma imprensa especializada, que acompanhava não só o futebol local e as carreiras dos conterrâneos, como também os da Metrópole.

O crescimento do futebol na Província aconteceu não só ao nível federativo e corporativo, como nos musseques. Nestes, o crescente interesse e a proliferação das equipas aconteceu de forma espontânea, acompanhando o crescimento do número de habitantes, enquanto o futebol corporativo foi incentivado pelas instâncias governamentais como forma de cativar e controlar os trabalhadores. O crescimento dos clubes não foi acompanhado pelo aumento de número de campos, tornando-se um dos principais problemas do futebol angolano (O Norte Desportivo, 1958, p. 8). Jacinto João era visto como um exemplo por ter começado a jogar nos musseques, transitado para o futebol federado, ao serviço do FC Luanda, e ter alcançado o estatuto de ídolo na Metrópole, ao serviço do Vitória de Setúbal.

No entanto, apesar da imensa qualidade individual que existia na Província, a nível coletivo as equipas não conseguiram ser bem-sucedidas na Taça de Portugal. A falta de campos, as condições precárias de preparação e o facto de as equipas estarem dependentes dos horários pós-laborais dos seus jogadores, tendo-os de conjugar com a disponibilidade dos campos, condicionavam o desenvolvimento dos trabalhos, para além de que as épocas desportivas do Ultramar e da Metrópole estavam desfasadas.

Assimetrias na prática do hóquei em patins em Angola e Moçambique

No que concerne ao hóquei em patins, esta modalidade expandiu-se, essencialmente, para os territórios de Moçambique, na década de 1910, e para Angola nos inícios da década de 1930. Porém, o seu desenvolvimento processou-se de forma desigual, refletindo as diferenças socioculturais existentes entre os dois territórios.

A fulgurante atuação da seleção nacional de hóquei na sua deslocação a Lourenço Marques, em 1949, impulsionou decisivamente os moçambicanos para uma prática mais intensa da modalidade. Tais reflexos cedo deram os seus frutos e em meados da década seguinte, Moçambique apresentava equipas de boa qualidade técnica: veja-se o caso do SNECI e da sua digressão à Metrópole em 1955. As suas exibições encantaram o público português e foram determinantes para demonstrar e afirmar a qualidade e capacidade técnicas do hóquei moçambicano, que daí por diante passou a ter representantes na seleção das quinas. Entre essas figuras destacam-se Francisco Velasco, António Souto, Fernando Adrião e Bouçós, os quais muito contribuíram para a classe e supremacia da seleção portuguesa ao longo das décadas de 1960 e 70. Registe-se, ainda, o curioso facto de a seleção que se apresentou em 1958, no Torneio de Montreux, ser toda originária de Moçambique, o que demonstra a extraordinária evolução e valorização que a modalidade sofreu, num curto espaço de tempo, neste território.

No que se refere a Angola, apesar do crescimento e da expansão da prática da modalidade, especialmente para cidades com algum poder económico – Luanda, Benguela, Nova Lisboa, Moçâmedes e Lobito, a Província nunca conseguiu atingir a qualidade do hóquei moçambicano. Nem mesmo a importação de hoquistas metropolitanos, originada pelo deflagrar da guerra colonial, e o crescimento económico verificado neste território, conseguiram alterar as debilidades do hóquei angolano.

Desde a década de 1950, começaram a desenhar-se projetos com vista a uma maior participação do Ultramar no horizonte desportivo. Em 1955, lançou-se o mote para a realização dos Jogos Desportivos Imperiais, de modo a reforçar os laços entre a Metrópole e o Ultramar. No início da década de 1960, surgiu a ideia da criação dos Jogos Desportivos do Mundo Português e dos Jogos Desportivos de Angola, votados rapidamente ao esquecimento com o deflagrar da guerra colonial. De todos estes projetos, apenas os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros viram a luz do dia, tendo sido realizadas cinco edições entre 1960 e 1972. O objetivo, neste caso, passava pelo reforço das relações com o Brasil no âmbito da construção de uma

grande comunidade luso-brasileira, na qual o Ultramar português se encontrava inserido.

No caso particular de Moçambique, esta integração foi efetuada em duas camadas, resultantes do crescimento exponencial da qualidade técnica do hóquei ali praticado. A primeira prende-se com o início da presença de hoquistas moçambicanos na seleção das quinas, cujos exemplos mais proeminentes já foram referidos anteriormente. Se, num período inicial, se assiste a uma forte presença de moçambicanos na seleção, a partir da década de 1960, esta viria a ser reduzida para um ou dois elementos, devido aos fracos recursos que a Federação Portuguesa de Patinagem (FPP) dispunha para o pagamento de deslocações, estadias e salários. A segunda camada refere-se à participação das equipas moçambicanas, tanto em provas nacionais (Campeonato Nacional e Taça de Portugal), como internacionais (Taça dos Campeões Europeus). Com vista a uma maior integração das equipas ultramarinas nas provas nacionais, a FPP reformulou a estrutura do Campeonato Nacional, com o alargamento da participação dos clubes oriundos da Madeira, dos Açores e do Ultramar. No caso particular das equipas africanas, haveria a necessidade de disputar-se uma eliminatória, a duas mãos, entre os campeões provinciais de Angola e Moçambique, para o apuramento da equipa que iria representar o Ultramar na competição. Numa primeira fase, este modelo de prova acabou por eclipsar a presença de equipas angolanas na prova, uma vez que, como já foi referido, a sua qualidade técnica era bastante inferior à moçambicana. Apesar das constantes dificuldades de financiamento, os grupos moçambicanos foram marcando presença no Campeonato Nacional. Nos campeonatos de 1960 e 1961, apresentou-se o SNECI, que terminou ambas as provas num honroso 4.º lugar, frente aos poderosos grupos do SL Benfica, Paço de Arcos, CACO e HC de Sintra. No ano seguinte, o Ferroviário de Lourenço Marques ficou na história como o primeiro clube ultramarino a conquistar o título nacional da modalidade.

Nos dois anos seguintes, diferendos entre a Direção Geral dos Desportos e as associações de hóquei, relativos à falta de meios financeiros e

logísticos, levaram à anulação do Campeonato Nacional e à sua substituição pela Taça de Portugal. Do novo modelo de prova, fazia parte um conjunto de seis clubes representativos de Portugal continental, insular e ultramarino. Na edição de 1964, o hóquei moçambicano voltou de novo à ribalta, com a conquista da Taça de Portugal pelo Clube Desportivo de Malhangalene.

Em 1965, voltou a disputar-se o Campeonato Nacional com a presença de uma equipa ultramarina, na fase final. Contudo, a equipa do Clube Desportivo de Malhangalene foi obrigada a desistir, por motivos profissionais dos atletas. Na época, vivia-se ainda um clima de amadorismo em muitas modalidades desportivas e o afastamento, por mais de um mês, das atividades profissionais, para participarem na prova, poderia levar ao despedimento. Entre os anos de 1966 e 1973, assistiu-se a um conjunto variado de equipas moçambicanas no Campeonato Nacional: Ferroviário de Lourenço Marques, Malhangalene, Académica de Moçambique e o Desportivo de Lourenço Marques.

Foi também neste período que, finalmente, foram ouvidas as pretensões angolanas, quando, em 1967, a Federação Provincial de Hóquei Angolana ameaçava não participar no Campeonato Nacional, enquanto este não sofresse uma reestruturação. Porém, mesmo com as mudanças impostas pela FPP, permitindo a entrada direta dos campeões provinciais de Angola e Moçambique na competição, uma vez mais, verificou-se o fosso entre a qualidade técnica das equipas angolanas e moçambicanas.

Contudo, não deixa de ser interessante que, a partir de finais da década de 1960 até 1974, assistiu-se a uma disputa muito renhida entre o SL Benfica e o Desportivo de Lourenço Marques, revezando-se na posse do título nacional. Feitas as contas, os moçambicanos conquistaram três títulos e o SL Benfica os outros dois, o que evidencia a qualidade do hóquei praticado, sobretudo em Lourenço Marques.

Basquetebol feminino ultramarino em perspetiva (1961-1970)

Durante dez épocas, entre 1960/61 e 1969/70, o Campeonato Nacional de Basquetebol feminino foi disputado entre as equipas vencedoras da Metrópole e das províncias de Angola e Moçambique, sendo que esta última esteve integrada apenas entre 1961/62 e 1966/67.

Enquanto na Metrópole, onde a vertente feminina tinha dado entrada há 30 anos, o basquetebol feminino se encontrava num “marasmo”, com apenas cinco clubes em atividade, no Ultramar português, como atestou José Esteves em 1962, “em qualquer das pequenas cidades, de Sá da Bandeira a Moçâmedes, havia já meia dúzia de equipas” (Mundo Desportivo, 1962a, p. 2).

O futebol e o hóquei em patins não tinham equipas do Ultramar a competir com as da Metrópole no Campeonato Nacional. Em 1961, o Campeonato Nacional de Basquetebol feminino, realizado no final de maio, em Coimbra, contou pela primeira vez com uma equipa de fora do limite geográfico da Metrópole: o Sport Lubango e Benfica, filial do clube de Lisboa – Sport Lisboa e Benfica –, em Sá da Bandeira, Angola, cidade-viveiro de basquetebolistas portugueses (A Província de Angola, 1974, p. 23).

O coletivo angolano chegou a Lisboa “como prenúncio de bom tempo qual bando de andorinhas, vindas antecipadamente” (A Bola, 1961a, p. 2). O termo foi uma feliz escolha, conquanto que a prematuridade era clara. Na verdade, nem sequer as equipas masculinas de basquetebol integravam competições de carácter nacional. O Campeonato Nacional masculino só congregou as equipas ultramarinas e metropolitanas depois de 1962, aquando da aprovação em Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Basquetebol de 27 de outubro de 1962. Albano Fernandes avaliou a ideia como “utópica” (Fernandes, 1997, p. 169), apesar do consenso generalizado que “os campeonatos nacionais sem a participação, em igualdade de condições, das equipas do Ultramar, não passarão nunca de campeonatos regionais” (Mundo Desportivo, 1962b, p. 2).

Em maio de 1961, já decorriam conflitos intensos no território angolano, onde se lutava “pela continuação de Portugal” (O Benfica, 1961, p. 8). Este discurso sobre o fenómeno belicista, presente nos jornais desportivos, acabou, mais tarde, por ser camuflado em elogios às terras ultramarinas, como quando as atletas de Sá da Bandeira chegaram a Lisboa trazendo consigo “toda a luminosidade e encanto da terra onde nasceram” (Mundo Desportivo, 1961a, p. 2).

A presença destas equipas, sobretudo as de Angola, com um valor basquetebolístico superior ao de Moçambique, ajudou na promoção e estímulo da modalidade em Portugal continental, criando-lhe maior interesse e competitividade (Mundo Desportivo, 1962c, p. 7; Mundo Desportivo, 1964a, p. 9). O número de clubes que promoveram a criação de uma secção feminina de basquetebol cresceu na Metrópole nos anos seguintes. Alguns deles eram de grande relevância no panorama desportivo nacional, como o Sporting CP, o SL Benfica e o CIF (que se veio a afirmar como a grande equipa de Portugal nos anos de 1970). O *marasmo* denunciado por José Esteves no início da década ia se sanando.

No entanto, a partir de 1967/68, a ausência das equipas ultramarinas foi-se acentuando. Enquanto as equipas masculinas permaneciam na competição, as femininas foram progressivamente saindo de cena do Campeonato Nacional. Vários pontos o justificam.

No verão de 1962, com a guerra em África a pulsar, foram necessárias semanas de diligências para que a deslocação da equipa vencedora da Metrópole – CDUP – para Angola se concretizasse, entre reuniões com o Exército, a Direção Geral dos Desportos e o subsecretário de Estado da Aeronáutica (Mundo Desportivo, 1962d, p. 2; Mundo Desportivo, 1962e, p. 3; Mundo Desportivo, 1962f, p. 2; Mundo Desportivo, 1962g, p. 7). Ainda em 1962, Botelho de Melo, jornalista do *Diário de Lourenço Marques*, foi castigado pelo Conselho Provincial de Educação Física de Moçambique por haver denunciado “as difíceis condições económicas que atravessam os clubes moçambicanos, em parte devido à atual orgânica desportiva” (Mundo Desportivo, 1962h, p. 2).

As deslocações avultavam os orçamentos. Embora a imprensa não o justifique, a raiz do problema derivava muito de questões financeiras. A deslocação do Lubango e Benfica à Europa para disputar a Taça dos Clubes Campeões Europeus, em janeiro de 1963, custou 250 contos. Em termos comparativos, no mesmo ano, a secção de basquetebol do Sport Lisboa e Benfica despendeu 320 contos em encargos anuais (CDI-SLB, 1963, p. 249). A fadiga acumulada nas deslocações, bem como as diferenças de clima, faziam-se acusar nas equipas (Mundo Desportivo, 1964b, p. 2).

Está por estudar a diferença entre o basquetebol das províncias e a comunicação desportiva entre estas. No tocante ao basquetebol feminino, reconhecem-se alguns casos de atletas que mudaram de província, como Glória Lousado que, em 1969/70, depois de representar o CD Universitário de Angola, passou a representar o SC Lourenço Marques, afirmando conhecer pouco o basquetebol moçambicano (Diário de Lourenço Marques, 1970a, p. 9). Este detalhe coaduna-se com o que expôs Kathleen Binda, do CD Beira (Moçambique), afirmando saber pouco do basquetebol da Metrópole e nada do de Angola (A Bola, 1967b, p. 2). A mesma equipa de Binda, que se deslocou ao Porto para disputar o Campeonato Nacional feminino em 1964, era um coletivo desconhecido para alguma imprensa da Metrópole (A Bola, 1964c, p. 2).

Isto refletia-se na crise evidenciada pelas equipas moçambicanas. As campeãs provinciais, até 1967, eram equipas da cidade da Beira. A partir daí, a hegemonia passou para Lourenço Marques, que nunca chegaram a competir no Campeonato Nacional, que desde 1968 passou a contar apenas com as campeãs metropolitanas e angolanas. A crise, negada no ano seguinte pelo presidente da Associação de Basquetebol de Lourenço Marques (Diário de Lourenço Marques, 1967, p. 4), era patente.

A inferioridade das equipas moçambicanas, denunciada nos primeiros anos da sua participação no Campeonato Nacional, devia-se à falta de atualização de conhecimentos e aspetos táticos de jogo (Mundo Desportivo, 1963a, p. 2; 7), o que se traduziu no facto de nunca terem atingido o título de campeãs nacionais em seis épocas.

Conforme dito, Angola tinha preponderância no jogo da bola-ao-cesto. Nos primeiros anos de contacto com a Metrópole, sobretudo na sequência do Campeonato Nacional, foram sempre superiores, visível no tricampeonato do Lubango e Benfica, em 1962/63. Em 1963/64, a conquista coube à equipa mais forte de Portugal continental, a Académica de Coimbra. Em 1964/65, o título voltou para Angola nos *dribles* do Sport Luanda e Benfica e com a reconquista do Lubango e Benfica em 1965/66, encerrando assim o ciclo de títulos para as equipas de África. No total, as duas equipas de Angola acumularam metade dos títulos da competição nacional que lhes era possível almejar (5 em 10).

Apesar de não ter fomentado a instrumentalização política do desporto (Nascimento, 2013, p. 15), ao Estado português interessava a atividade de coletivos como o Lubango e Benfica, ao buscar um espírito de união entre Metrópole e províncias ultramarinas, alinhando-os como uma continuidade territorial e política.

Compreenda-se: durante cinco edições ao longo da década de 1960, eram de origem angolana as representantes de Portugal na Taça dos Clubes Campeões Europeus de basquetebol feminino. As “rainhas do cesto” (O Benfica, 1963a, p. 3) eram a “única excepção ao panorama desfavorável da actividade basquetebolística portuguesa” (Mundo Desportivo, 1962i, p. 5), tidas como “primado” da modalidade (A Bola, 1966, p. 2). Está por fazer uma investigação aprofundada da equipa de Lubango, importante no panorama basquetebolístico nacional e para a história da modalidade e do género no desporto.

Em 1962, há uma onda de interesse por parte da imprensa desportiva portuguesa que não aconteceu com as campeãs da Académica de Coimbra na época transata. As universitárias pouca atenção receberam por parte dos periódicos, que pouco passaram da apresentação dos resultados dos jogos (Mundo Desportivo, 1961, p. 2). Pelo contrário, em 1962, as lubanguenses estiveram em grande destaque nos jornais desportivos (Mundo Desportivo, 1962i, p. 1; 1962i, p. 2), fazendo capa. Saliente-se a transmissão direta e integral pela televisão do jogo da 2.^a mão da Taça dos Clubes

Campeões Europeus femininos frente ao CREFF de Madrid, campeão feminino de Espanha, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa (O Benfica, 1963b, p. 3). Jogando contra a equipa campeã de Marrocos, o treinador elogiou a equipa angolana e indicou que na equipa estariam cinco das melhores executantes internacionais (O Benfica, 1962, p. 4).

Foi também desta equipa que surgiram as primeiras árbitras de basquetebol, pois Ernestina Coimbra e Paula Peyroteo frequentaram o primeiro curso português para o género feminino, que se realizou em Angola (Amorim, 2025). Este fenómeno de liberalização do género feminino na arbitragem acompanhou o período de emancipação da mulher que corria nas décadas de 1960 e 1970 (Ferreira, 2009, p. 66). Jornais como o *Diário de Lisboa* (1962, p. 19) tinham separatistas dedicada a promover os direitos das mulheres. Para o desporto, era fundamental mitigar comportamentos misóginos que se traduziam em comentários do público como “vão para casa coser meias!” (Diário de Lourenço Marques, 1970b, p. 13). Em 1963, o Mundo Desportivo (1963b, p. 1) registava com entusiasmo a jovem de 17 anos, Sylvia Gregoria, que arbitrava jogos de futebol masculino em Praga.

À publicidade da equipa ajudou o facto de esta ter, no plantel, as irmãs Regina, Paula e Conceição Peyroteo, sobrinhas da antiga glória de futebol do Sporting CP, Fernando Peyroteo, que vinha à Europa integrado na comitiva do Lubango e Benfica e em cuja atenção os jornais se centravam (A Bola, 1961b, p. 2). Refira-se a importância que Regina Peyroteo assumiu na modalidade em Portugal, pois a atual Taça de Portugal feminina disputou-se nas suas primeiras edições sob o nome “Taça Regina Peyroteo” (Amorim, 2022). Uma biografia sobre esta figura também está em falta nas prateleiras da história desportiva.

É curioso ter em conta o afastamento das equipas das províncias africanas (em especial as moçambicanas) quando, nos inícios da década de 1970, era a equipa da Associação Académica de Moçambique, organismo de desporto universitário que privilegiava a emancipação feminina, quem ocupava lugar cimeiro no “basquetebelo” e em 1971 se sagrou campeã nacional universitária feminina (Pereira; Gonzalez, 2016, p. 438-439).

Quer no sentido de uma integração pluricontinental/identitária das equipas, quer no fomento da emancipação feminina, que se reconhece ter existido pelos apontamentos deixados acima e pelo que se lê sobre o desporto na política colonial portuguesa no Boletim Geral do Ultramar (Melo; Bittencourt, 2013, p. 77), a teorização deste fenómeno sociopolítico e desportivo deve concentrar-se em análises dos sinais e da linguagem, que fazem espelhar essa integração em afirmações como “as raparigas de Angola a sua classe europeia” (Mundo Desportivo, 1963c, p. 7).

Conclusão

Todas as equipas sentiram as dificuldades inerentes às fracas instalações, a pouca disponibilidade financeira das instituições desportivas e o parco orçamento dos clubes. Estes fatores, comuns às três modalidades, impediam muitas vezes as deslocações ao espaço europeu, para a regular disputa das provas nacionais, a mais das vezes cumpridas de forma muito custosa ou sob um apoio benemérito, esbarrando num desequilíbrio do desenvolvimento físico e técnico dos atletas do Ultramar face aos metropolitanos. Esta era a realidade que se evidenciava no panorama desportivo ultramarino português. Com a promulgação da Lei n.º 2.083, as necessidades das coletividades de Angola e Moçambique ficaram mais expostas pela obrigatoriedade das suas participações. O contrário também foi visível. No caso do futebol, as equipas do Ultramar nunca integraram o Campeonato Nacional, apenas a Taça de Portugal, e as dificuldades financeiras das coletividades revelaram-se um entrave constante. O hóquei em patins, custosa modalidade, teve um Campeonato Nacional pluricontinental, mas os elevados custos impediram a sua realização durante duas épocas. No caso do basquetebol feminino, as primeiras aparições das “andorinhas” do Lubango e Benfica foram ideais para as intenções político-desportivas por trás da Lei de 1956, mas a efémera carreira das atletas da geração tricampeã impediu o prolongar desse processo, fazendo com que a presença das equipas de

África no Campeonato Nacional durasse apenas uma década, com a decadência primeira da província moçambicana.

O espaço aqui consagrado ao tema é demasiado curto, mas abrem-se badanas para futuras investigações: compreender as proveniências sociais, raciais e culturais dos atletas; no caso do basquetebol feminino, há ainda que verificar a relação género-desporto e a sua relevância na emancipação da mulher. Há ainda a relevar as relações desportivas entre as províncias angolana e moçambicana, o que se deve fazer através de um levantamento exaustivo dos clubes e a movimentação desportiva dos seus atletas, bem como as transformações, no pós-independência, na morfologia da atividade física e no percurso dos atletas.

Referências bibliográficas

A BOLA. Lisboa, 10 fev. 1958a, p. 1; 4.

A BOLA. Lisboa, 25 maio 1958b, p. 6.

A BOLA. Lisboa, 27 maio 1961a, p. 2.

A BOLA. Lisboa, 25 maio 1961b, p. 2.

A BOLA. Lisboa, 13 jun. 1963, p. 7.

A BOLA. Lisboa, 11 abr. 1964a, p. 3.

A BOLA. Lisboa, 10 ago. 1964b, p. 7.

A BOLA. Lisboa, 21 mar. 1964c, p. 2.

A BOLA. Lisboa, 21 abr. 1966, p. 2.

A BOLA. Lisboa, 9 fev. 1967a, p. 2.

A BOLA. Lisboa, 15 abr. 1967b, p. 2.

A PROVÍNCIA DE ANGOLA. Luanda, 21 jan. 1974, p. 23.

ALMEIDA, João Mendes. *Lourenço Marques: a mais bonita cidade africana do seu tempo*. Madeira: Edição do Autor, 2017.

AMORIM, Pedro S. À terceira foi de vez. *O Benfica*, 13 maio 2022, p. 30.

AMORIM, Pedro S. As primeiras árbitras de basquetebol em Portugal. *O Benfica*, 17 out. 2025, p. 31.

BNP. Biblioteca Nacional de Portugal. *Boletim Geral do Ultramar*. v. 38, n. 443, maio 1962.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CDI-SLB. Centro de Documentação e Informação do Sport Lisboa e Benfica. *Relatório e Contas da Gerência*, 1963.

CDI-SLB. Centro de Documentação e Informação do Sport Lisboa e Benfica. *Relatório e Contas da Gerência*, 1976.

CONSELHO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO. *Fundo de Fomento Gimnodesportivo de Moçambique*. Lourenço Marques, 1969.

COSTA, António da Silva. Desporto e política: dois fenómenos estruturalmente idênticos. In: BENTO, Jorge; CONSTANTINO, José Manuel (coord.). *O desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

COUTINHO, Manuel Carvalho. Sports Journalism at the height of Portugal's dictatorship: bureaucracy and censorship (1935-1960). *Historia Contemporânea*, n. 76, p. 959-985, 2024.

DIÁRIO DE LOURENÇO MARQUES. Lourenço Marques, 11 set. 1967, p. 4.

DIÁRIO DE LOURENÇO MARQUES. Lourenço Marques, 18 ago. 1968, p. 8.

DIÁRIO DE LOURENÇO MARQUES. Lourenço Marques, 14 maio 1969, p. 11.

DIÁRIO DE LOURENÇO MARQUES. Lourenço Marques, 1.º mar. 1970a, p. 9.

DIÁRIO DE LOURENÇO MARQUES. Lourenço Marques, 11 mar. 1970b, p. 13.

DOMINGOS, Nuno. As políticas desportivas do estado colonial em Moçambique. *Lusotopie*, v. 16, n. 2, p. 84-104, 2009.

DOMINGOS, Nuno. O desporto e o Império Português. In: NEVES, José; DOMINGOS, Nuno (coord.). *Uma história do desporto em Portugal: Nação, império e globalização*. Vila do Conde: QuidNovi, 2011. p. 51-107. v. II.

DOMINGOS, Nuno. *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

DOMINGOS, Nuno. Uma sociedade vista do campo de futebol. In: CARDÃO, Marcos; CASTELO, Cláudia (org.). *Gilberto Freyre: novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2015. p. 179-197. (Coleção Ensaios de Cultura).

DRUMOND, Maurício. Ao bem do desporto e da Nação: relações entre esporte e política no Estado Novo português (1933-1945). *Estudos Políticos*, v. 7, n. 2, p. 298-318, 2013.

FPF. Federação Portuguesa de Futebol. *Relatório e Contas da Gerência de 1957/58*, 1958.

FPF. Federação Portuguesa de Futebol. *Relatório e Contas da Gerência de 1959/60*, 1960.

FERNANDES, Albano Lopes. *História do basquetebol em Portugal: 1913-1997*. Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol, 1997.

KUMAR, Rahul. *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*. Lisboa: Paquiderme, 2017.

MELO, Victor Andrade de. O esporte e a construção da nação: apontamentos sobre Angola. *Afro-Ásia*, n. 40, p. 9-49, 2009.

MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo. Sob suspeita: o controle dos clubes esportivos no contexto colonial português. *Tempo*, v. 18, n. 33, p. 191-215, 2012.

MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo. O esporte na política colonial portuguesa: o Boletim Geral do Ultramar. *Tempo*, v. 19, n. 34, p. 69-80, 2013.

MELO, Victor Andrade de. Jogando no olho do furacão: o desporto na Casa dos Estudantes do Império (1944-1965). *Análise Social*, v. 52, n. 223, p. 280-304, 2017.

- MUNDO DESPORTIVO. 26 maio 1961a, p. 2.
- MUNDO DESPORTIVO. 23 jan. 1961b, p. 2.
- MUNDO DESPORTIVO. 9 set. 1962a, p. 2.
- MUNDO DESPORTIVO. 28 mar. 1962b, p. 2.
- MUNDO DESPORTIVO. 1.º jun. 1962c, p. 7.
- MUNDO DESPORTIVO. 6 jul. 1962d, p. 2.
- MUNDO DESPORTIVO. 16 jul. 1962e, p. 3.
- MUNDO DESPORTIVO. 1.º ago. 1962f, p. 2.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 3 ago. 1962g, p. 7.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 22 jan. 1962h, p. 2.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 3; 5; 10 jan. 1962i, p. 5; 1; 2.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 21 mar. 1963a, p. 2; 7.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 19 jun. 1963b, p. 1.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 27 mar. 1963c, p. 7.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 20 mar. 1964a, p. 9.
- MUNDO DESPORTIVO. Lisboa, 23 mar. 1964b, p. 2.
- NASCIMENTO, Augusto. *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- O BENFICA. Lisboa, 8 jun. 1961, p. 8.
- O BENFICA. Lisboa, 18 jan. 1962, p. 4.
- O BENFICA. Lisboa, 12 jan. 1963a, p. 3.
- O BENFICA. Lisboa, 24 jan. 1963b, p. 3.
- PINHEIRO, Francisco. Futebol e política na Ditadura: factos e mitos. In: TIESLER, Nina Clara; DOMINGOS, Nuno (coord.). *Futebol português: política, género e movimento*. Porto: Edições Afrontamento: 2012. p. 47-82.

PINHEIRO, Francisco. O “lápiz azul” no *sport* português: política, desporto e media. *FuLLIA*, v. 4, n. 3, p. 97-114, 2019.

PORTUGAL. *Lei n. 2.083, de 15 de junho de 1956*. Promulga as normas relativas às actividades gimnodesportivas nas províncias ultramarinas. Diário da República: I série, Lisboa, n. 284, p. 1827-1830, 15 jun. 1956. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/2083-231539>. Acesso em: 22 abr. 2026.

RINK Hockey. Available at: <https://rinkhockey.net/index.php>. Accessed on: 22 abr. 2026.

SERAPIGLIA, Daniele (org.). *Tempo libero, sport e fascismo*. Bologna: BraDypUS Editore, 2016.